

EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

PROCESSO Nº 50/2023

O Município de Santa Maria, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 82 de 18 de outubro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014; pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; pelo Decreto Executivo Municipal nº 071, de 03 de agosto de 2015; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993 e alterações posteriores, e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelas demais exigências deste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, para Alunos da Zona Rural e Urbana da Rede Municipal de Ensino, conforme Termo de Referência (Anexo I-A)**, visando suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, nos termos e condições constantes no presente Edital e seus Anexos.

1.2. Não é permitida a subcontratação do objeto.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 988841- Pregão Eletrônico Nº 09/2023

DATA: 31/03/2023

HORÁRIO: 8h30min (horário de Brasília)

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

2.3. A licitação será em Itens, conforme Planilhas de Quantitativo e Estimativa de Preços (**Anexo IV**) constante no Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço dos itens, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários para a despesa correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Município da Educação

Solicitação de Compra n.º 175/2023

Projeto/Atividade: 2107

Subelemento Despesa: 3.3.90.39.32

Recurso: 1550

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos.

5.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

5.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os Documentos de Habilitação exigidos (conforme Item 10 deste Edital), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço (Modelo Anexo III), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que **constem do SICAF**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte **deverão** encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário/mensal e total do item contendo **no máximo 02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos).

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

7.3.1. A licitante não pode se beneficiar da condição de Optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no §5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta preenchida em “campo próprio do sistema” conforme item 7, que identifique o licitante antes da “fase final dos lances”.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. Os lances deverão ser ofertados pelo **valor total do item**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance **no máximo 02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos, **sob pena de exclusão do lance**.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (zero vírgula zero um por cento)**.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “Aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

8.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo **superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.29.1. No país.

8.29.2. Por empresas brasileiras.

8.29.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.29.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da solicitação de "Anexo" no sistema Comprasnet, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada das **Planilhas de Custos e Formação de Preços dos Itens (Modelo Anexo I-C)**, e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que após a fase de negociação, apresentar **preço mensal e/ou total final superior ao preço máximo aceitável fixado pelo Município (Anexo IV)**, ou que apresentar preço manifestamente inexequível. (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).

9.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.5. Considera-se, também, erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

9.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação de “Anexo” no sistema Comprasnet, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF.

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação de “Anexo” no sistema Comprasnet, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação Jurídica:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

10.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

10.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.9.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.9.2. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.9.4. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.9.5. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal (Alvará Localização ou equivalente), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.9.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.9.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.

10.9.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.9.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira.

10.10.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou, se for o caso, de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

10.10.2. Demonstrações Contábeis do Último Exercício Social, que comprovem a boa situação financeira da empresa para atender plenamente objeto de potencial contrato de fornecimento de material ou serviço à municipalidade. Os demonstrativos citados deverão estar adequados às seguintes propriedades:

10.10.2.1. Quanto à sua finalidade, os demonstrativos exigidos, devem possibilitar a apuração e avaliação de índices de liquidez e solvência do pleiteante, devendo ser compostos, no mínimo, pelo Balanço Patrimonial e pela Demonstração do Resultado do Exercício.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP.: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501- E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

10.10.2.2. Quanto à sua forma, devem estar adequados à legislação vigente, incluindo-se as Normas Brasileiras de Contabilidade; contendo informação comparativa do exercício imediatamente anterior, Termos de Abertura e Encerramento; adicionando-se, no caso de Escrituração Contábil Digital (ECD), o Recibo de Entrega.

10.10.2.3. Quanto à sua legitimidade, deverá ser comprovado seu registro junto aos órgãos legalmente instituídos para tal fim, como Junta Comercial Estadual ou Cartório de Notas, bem como a Receita Federal do Brasil; de acordo com as regras que enquadrem suas características societárias e/ou fiscais.

10.10.2.4. Quando à sua tempestividade, em caso de constituição da sociedade em período inferior a 12 meses, deverá ser apresentada cópia autenticada do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou órgão competente.

10.10.3. Memorial de Cálculo contendo a boa situação financeira, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1$$

10.10.3.1. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

10.10.3.2. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.10.3.3. Caso a empresa apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 01 (um), deverá comprovar ser dotada de capital social ou de patrimônio líquido igual ou superior a **10%** (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no Art. 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.11. Qualificação Técnica

10.11.1. Comprovação de Capacidade Técnico Operacional, em nome da empresa licitante (proponente), através de 01 (um) ou mais atestado(s), fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando ter condições de oferecer a contento o serviço que está sendo licitado e comprovando a aptidão para desempenho de serviço igual ou semelhante ao objeto licitado.

10.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. Havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A **Proposta Final (Modelo Anexo III)** do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada juntamente com a **Planilha de Custos e Formação de Preços do Item, conforme Modelo Anexo I-C**, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico (“Convocação de Anexo”) e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal do licitante proponente, conforme **(Modelo Anexo III)**.

11.1.2. Constar o número dessa licitação, nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome, RG e CPF do representante da empresa que firmará contrato com a administração.

11.1.3. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

11.1.4. Constar os preços unitários/mensais, totais e por km, em reais, com duas casas decimais, expresso em algarismos, em moeda nacional e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

11.1.4.1. O preço global proposto para a execução do objeto deverá contemplar todas as despesas necessárias à realização de serviços, tais como materiais, mão de obra, leis sociais, tributos, impostos, taxas, emolumentos, cópias, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, transporte, alimentação, seguros, licenças, enfim, tudo que se fizer necessário à perfeita execução do objeto licitado, mesmo que não especificado neste Edital, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

11.1.5. A omissão da resposta de qualquer dos quesitos de avaliação, tais como, informações técnicas ou outra documentação que comprove a veracidade da informação, poderá implicar na sumária desclassificação da proposta.

11.1.6. A simples apresentação da proposta, por si só implicará a plena aceitação por parte do licitante de todas as condições deste Edital, independentemente de transcrição.

11.1.7. Apresentar quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

11.2. Disposições Gerais da Proposta:

11.2.1. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

11.2.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço global, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação que observará, entre outros, em especial, os Princípios da Razoabilidade, Proporcionalidade, Economicidade e Ampla Concorrência.

11.2.2.1. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não forem corrigidos na fase de classificação e julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos de valores posteriores, em nenhuma hipótese.

11.2.3. Falta de data, assinatura e/ou rubrica na proposta de preços e nos seus anexos poderão ser supridas pelo representante legal e com poderes para esse fim, ou por meio de ratificação posterior do representante legal.

11.2.3.1. A possibilidade de ratificação posterior de assinatura e/ou rubrica na proposta de preços e nos seus anexos estende-se aos responsáveis técnicos das licitantes.

11.2.4. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados.

11.2.5. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte do licitante.

11.2.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

11.2. Considera-se, também, erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as *razões*, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem *contrarrazões* também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

12.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Santa Maria, Superintendência de Compras e Licitações, Rua Venâncio Aires, 2277, Centro, CEP 97010-005 – Santa Maria/RS, em dias úteis, no horário de **08:30 às 13:30**. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados fora do Sistema Comprasnet.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o representante legal da empresa licitante vencedora para, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento do empenho, assinar o contrato, aceitar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 64, da Lei Federal nº 8.666/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da mesma Lei.

15.2. Se dentro do prazo a empresa convocada não assinar o Contrato, a Administração convocará as licitantes remanescentes na ordem de classificação das propostas, para a assinatura do mesmo; ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

15.3. No Contrato a ser assinado com o vencedor da licitação constará às cláusulas necessárias previstas no art. 55 e a possibilidade de rescisão do mesmo, na forma determinada nos art. 77, 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/93.

16. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

16.1. A execução dos serviços será prestada diretamente nas condições e locais especificados nos trajetos (roteiros) indicados no Termo de Referência (**Anexo I-A**).

16.2. O **prazo de vigência** do contrato será de **12 meses, a partir da assinatura da ordem de serviço**, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme possibilita a Lei Federal nº. 8.666/93.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

16.3. O transporte de alunos será executado diariamente, durante os períodos letivos, nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria de Município da Educação, de acordo com a necessidade de cada linha (roteiro), conforme planilha da SMED e contados a partir da data de assinatura da ordem de serviço, tendo como estimativa, 200 dias letivos, conforme estabelece a LDBEN

16.4. Os veículos deverão estar no local e hora previamente informados pela Secretaria de Município da Educação, para efetuar o transporte dos alunos com antecedência mínima de 5 (cinco) minutos, cumprindo fielmente os horários e locais que serão determinados pela Administração no início da prestação dos serviços, os quais atenderão aos turnos da manhã e/ou tarde.

16.5. A contratada responsabilizar-se-á pelo abastecimento do veículo, e manutenção total incluindo peças de reposição e todas aquelas que apresentarem defeitos por uso contínuo, bem como, pneus, troca de óleo do motor, câmbio e filtro, dentre outros que por ventura vierem a ser necessários.

16.5.1. Referente ao item PNEUS, destacamos que não serão aceitos pneus remoldados e/ou recapados sendo utilizado como base para planilha de custos o valor de pneus novos.

16.6. Em caso de acidente ou qualquer tipo de defeito ou manutenção, a contratada deverá substituir imediatamente o veículo que estiver prestando serviço por outro com, no mínimo, as mesmas especificações e características.

16.7. A contratada se responsabilizará pelas despesas com o motorista e auxiliares de transporte (monitores), bem como pelos acessórios obrigatórios exigidos pelo novo Código Nacional de Trânsito.

16.8. A contratada deverá apresentar comprovação de revisão dos veículos contratados, em oficinas que tenham registro da Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

16.9. A Contratada deverá colocar à disposição da contratante, os veículos de acordo com os exigidos no Anexo I do Termo de Referência, que define os roteiros, devendo ser os mesmos condizentes com a proposta vencedora e a planilha orçamentária que a fundamentou, bem como providenciar substituição imediata daqueles que apresentarem defeito, em condições de pronto atendimento mantendo as características e compatibilidade do veículo licitado.

16.10. A contratada deverá oferecer 01 (um) motorista devidamente habilitado, e com curso conforme regulamentação do CONTRAN.

16.11. As contratações dos motoristas e auxiliares de transporte (monitores) feitas pelo vencedor do certame serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre terceiros e o Município de Santa Maria – RS.

16.12. A contratada deverá apresentar os veículos limpos, abastecidos (tanque cheio) e com manutenção em dia.

16.13. Os veículos a serem utilizados no transporte escolar deverão obedecer às determinações constantes no Art. 3º da Lei Municipal n.º 6.586/2021.

16.14. A vida útil dos veículos empregados no transporte escolar será no máximo 18 (dezoito) anos, a contar da data sua respectiva fabricação, conforme Lei Municipal n.º 6.586/2021, estar em bom estado de conservação, obedecer às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e normatizações dos órgãos de trânsito quanto aos equipamentos obrigatórios e documentos exigíveis ou que venham a ser exigidos.

16.15. Os veículos a serem utilizados no transporte escolar deverão obedecer a exigência de ano ou modelo de fabricação, não ser superior a dez anos a contar da data de sua fabricação, para inclusão na frota de transporte escolar (porém os veículos que já estão credenciados junto a Secretaria de Mobilidade Urbana, têm a sua vida útil de 18 anos, considerando suas condições estruturais) conforme art. 3º, §1º, da Lei Municipal nº 6.586/2021.

16.16. A Empresa contratada deverá apresentar a documentação em seu nome e regularizada junto ao DETRAN, referente aos veículos a ser utilizado no Transporte Escolar.

16.17. Os veículos devem estar conforme a Lei 9.503/97/Código de Trânsito Brasileiro, itens I à VII, art. 136 especificamente: “III – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroceria, com dístico

ESCOLAR em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas”.

16.18. Só poderão executar o objeto os veículos com documentação e vistoria aprovadas pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana, de acordo com a Lei Municipal nº 4057/97 e suas alterações (4578/02 e 6586/21), bem como estar de acordo com o Código Trânsito Brasileiro.

16.19. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

16.20. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandadas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

16.21. Manter os veículos sempre em condições para o atendimento do disposto no contrato e em conformidade com as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN e as novas disposições que venham a ser editadas, especialmente quanto à segurança.

16.22. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do Contrato ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe ainda inteiramente responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município, por dolo ou culpa.

16.23. Cabe à contratada permitir aos encarregados de fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado que serão fiscalizados pelo Município através da Secretaria de Município da Educação.

16.24. A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, mantendo no local do serviço a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto com poderes para tratar com o Município.

16.25. A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

16.26. Cabe à contratada fornecer cursos de direção defensiva, primeiros socorros e outros, conforme normatização CONTRAN - CTB, art. 150, parágrafo único, aos condutores de sua frota de veículos.

16.27. O Município se reserva o direito de alterar horários, número de estudantes e itinerário dos serviços, quando da ocorrência de fatos supervenientes e/ou suficientes que justifiquem tal conduta, durante a vigência do Contrato, respeitando a regionalização dos roteiros, sendo que tais mudanças serão comunicadas com antecedência mínima de 03 (três) dias e ajustadas mediante termo aditivo contratual.

16.28. As despesas decorrentes de transporte, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente, a Contratada.

16.29. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos. Sendo constatada qualquer irregularidade, o prestador deverá concluir os serviços dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Município para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

16.30. A não substituição do serviço em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à penalidades.

16.31. A critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Santa Maria poderão ser realizados vistorias para verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada.

16.32. Caso sejam consideradas insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os serviços serão rejeitados, devendo ser substituídos/refeitos no prazo indicado pela Fiscalização, quando se realizarão novamente as verificações.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

16.33. Caso os serviços não sejam substituídos ou não sejam refeitos no prazo estabelecido, ou caso os novos serviços também sejam rejeitados, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções legais previstas.

16.34. Os custos para que sejam substituídos os serviços rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

16.35. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

16.36. O recebimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

16.37. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas pela Fiscalização, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.38. Qualquer evento que venha a ser considerado pela Contratada como danoso e prejudicial à regular execução dos serviços, só irá eximí-la da responsabilidade contratual a que está sujeita, após ter o Município analisado e concluído que se tratou efetivamente de fato imprevisível, dificultoso da normal execução do contratado ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito ou força maior.

16.38.1. Caberá exclusivamente à Contratada, o encargo de reunir toda a documentação necessária à comprovação da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (Fiscal do Contrato) e um substituto, designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

17.1.1. A fiscalização deverá ser de acordo com o regimento estipulado no Termo de Referência.

17.1.2. Tratar com cortesia e urbanidade os agentes de fiscalização da Contratante permitindo aos mesmos o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado que serão fiscalizados pelo Município através da Secretaria de Município da Educação.

17.1.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.1.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

17.2. Notificar a contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do Contrato.

17.3. Fiscalizar os serviços, de forma a fazer cumprir rigorosamente os prazos e condições do Contrato.

17.4. A Contratada instalará em seus veículos, sistema de rastreamento por GPS, cedendo acesso a Coordenadoria de Transporte Escolar, para que ocorra a efetivação do pagamento pelos quilômetros rodados. O sistema deve atender requisitos, conforme Anexo II do Termo de Referência. A Contratada deverá disponibilizar uma senha de acesso ao Sistema de Rastreamento, para a Coordenadoria de Transporte Escolar/Secretaria Municipal de Educação com a finalidade de acompanhamento e fiscalização da execução do mesmo.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

17.5. Os licitantes poderão concorrer em mais de um item (roteiro), desde que comprovada a disponibilidade de veículos para tanto, nos termos previstos neste Termo de Referência, **sendo transcrito no contrato a placa do veículo** que será instalado o equipamento de GPS e utilizado para execução do objeto da licitação, **não sendo permitida a otimização de roteiros** (utilização de um veículo para mais do que um roteiro).

17.6. É expressamente proibido o transporte de qualquer carga ou pessoa que não sejam alunos beneficiados pelo transporte escolar, **salvo expressamente autorizadas pela Secretaria de Município da Educação.**

17.7. Adicionalmente à exigência da inspeção semestral, os veículos serão inspecionados pelo Município para a verificação do cumprimento das demais exigências dispostas no termo de referência, no edital de licitação e nos contratos e, em especial, quanto aos aspectos de segurança, higiene, conservação e comodidade aos usuários, **conforme instrumento de medição de resultados conforme item 17, tabela 2,** do termo de referência.

17.8. A avaliação de segurança deverá considerar o sistema de freios, direção, suspensão, cintos de segurança, tacógrafo e os demais itens julgados necessários, comprovada através da apresentação de **laudo** de um responsável técnico, que **deverá ser emitido por empresas cadastradas junto ao DAER e INMETRO, considerando o estabelecido na NBR 14040.**

17.9. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

17.10. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, **sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE**, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

17.10.1. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e **em nenhuma hipótese**, em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

17.11. O objeto do presente Edital deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelo Município, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como sua devida adequação e/ou substituição, sem que caiba à Contratada qualquer tipo de reclamação ou indenização.

17.12. As decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente da Contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

18. DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA DO CONTRATO

18.1. Até a data de assinatura da Ordem de Serviço, será recolhida pelo responsável pela gestão contratual (Secretaria de Município da Educação), garantia do cumprimento das obrigações contratuais correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do contrato**. Se for oferecida sob a forma de fiança bancária ou seguro-garantia, o respectivo prazo de validade deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses superior ao prazo de execução do contrato.

18.2. A garantia prestada será devolvida somente após o cumprimento correto e pleno de todas as obrigações contratuais, por parte da Contratada.

18.3. O Município reserva-se do direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias para reparar, corrigir, remover e/ou substituir os serviços e materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, nos termos apontados pela fiscalização através de relatório, sempre que a Contratada não atender as suas determinações. Caso a garantia não se mostre suficiente, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente pendentes, devidos pela Administração.

18.4. Toda vez que houver aditamento no contrato, a caução deverá ser complementada em valores e prazo.

18.5. Compete ao gestor do contrato receber, encaminhar ao Setor de Contabilidade e, se for o caso, providenciar a execução da caução.

18.6. O prazo da garantia prestada pela Contratada deverá se estender, obrigatoriamente, até o recebimento definitivo dos serviços, quando então será liberada ou restituída. Contudo reverterá a garantia em favor do Contratante, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

19. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1. Os preços pactuados serão reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do último reajuste, conforme determina o parágrafo 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

19.1.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.1.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I-A deste Edital**):

20.1.1. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

20.1.2. Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

20.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço.

20.1.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos.

20.1.6. Entregar o objeto a ser contratado, conforme convencionado, sem qualquer outro encargo ou despesa para o Contratante.

20.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

20.1.8. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado.

20.1.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

20.1.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante, inclusive por danos causados a terceiros.

20.1.11. Obedecer às normas de segurança e higiene no trabalho e o fornecimento de todo o equipamento de proteção individual - EPI, necessário ao pessoal utilizado na prestação dos serviços.

20.1.12. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

20.1.13. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e tributários resultantes da adjudicação deste processo licitatório.

20.1.14. A Contratada ficará obrigada a executar os serviços programados na "Ordem de Serviço - OS", não se admitindo quaisquer modificações sem a aprovação da fiscalização do contrato, da Secretaria de Município da Educação da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

20.1.15. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos a que venha causar a terceiros ou ao patrimônio público, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução dos serviços conforme Lei nº 8666/93.

20.1.16. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

20.2. Caberá a Contratante, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I-A deste Edital**):

20.2.1. Supervisionar a execução do objeto do Termo de Referência, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas.

20.2.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.

20.2.3. Impedir que terceiros executem o objeto deste Edital.

20.2.4. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente.

20.2.5. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

20.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por um representante designado pela Secretaria de Município da Educação da Prefeitura Municipal de Santa Maria, nos termos da Lei nº 8.666/93.

20.2.7. Notificar por escrito a Contratada, quando necessário, ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em **10 (dez) dias** consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo Fiscal do Contrato e entregue em até 05 (cinco) dias para a Secretaria de Município de Finanças.

21.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

21.3. O pagamento dos serviços executados pela Contratada e aceitos definitivamente pela Contratante será efetuado a contar da Execução do serviço, em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

21.4. Para que seja efetuado o pagamento dos serviços, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

a) Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)**, expedido pela Caixa Econômica Federal.

- b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** relativamente a débitos de tributos e contribuições federais e dívida ativa da União.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- f) **Comprovante de pagamento** dos empregados e/ou declaração de que o proprietário da empresa executa o transporte.

g) Comprovante de pagamento de **FGTS e INSS**.

h) **GFIP** – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social que contém as informações de vínculos empregatícios e remunerações, geradas pelo aplicativo SEFIP.

21.5. Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do empenho.

21.6. A Contratada deverá fornecer relação com as seguintes informações: nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, dos empregados na contratante.

21.7. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

21.7.1. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

21.8. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de Santa Maria, CNPJ n.º 88.488.366/0001-00.

21.9. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

21.10. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

21.11. O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Termo de Referência.

21.12. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, ao valor devido serão acrescentados juros calculados *pro rata die*, de acordo com a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

21.13. A contratada deverá apresentar **Planilha**, fornecida pelo setor de Transporte da Secretaria de Município da Educação, **até o último dia útil de cada mês** na Secretaria de Município da Educação, a qual será conferida com boletim retirado do sistema de rastreamento, com as seguintes informações:

21.13.1. Se houver alguma alteração nos roteiros devido à estrada alternativa, barreira impeditiva, pontes danificadas, obstrução na estrada, etc., que impossibilite a trafegabilidade do veículo em seu roteiro, deverá ser justificado, especificando o turno do fato.

21.13.2. Observações: motivo de alteração do trajeto; escolas que não tiveram aula, especificando o turno.

21.13.3. Em caso de substituição de veículo, o motivo deverá ser justificado ao Gestor, **PREVIAMENTE, POR ESCRITO**, o qual deve tomar conhecimento para fins de autorização de futuro pagamento.

21.14. O pagamento será condicionado aos quilômetros efetivamente rodados no mês e aos dias de efetivo transporte escolar, conforme verificação no boletim retirado do sistema de rastreamento, considerando o valor apresentado na proposta vencedora, podendo ser solicitada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviço, caso ocorra adições ou supressões que desequilbrem o contrato, dentro dos limites da Lei de Licitações.

21.15. Nos casos das alterações listadas no item 21.13.1, devidamente justificadas na planilha fornecida pela empresa, será aferida a quilometragem estimativa definida no contrato, para fins de pagamento.

21.16. Caso a data prevista para pagamento seja final de semana ou feriado, o pagamento se dará no primeiro dia útil imediatamente seguinte.

21.17. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regulamenta a matéria e mais o Imposto Sobre Serviços - ISS, de acordo com a Legislação vigente.

21.18. Caso não sejam cumpridas as exigências do presente edital na prestação do serviço serão suspensos os pagamentos devidos, até a regularização.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

22.1.1. Deixar de executar, total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

22.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

22.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5. Cometer fraude fiscal.

22.2. Se no decorrer da **sessão pública da licitação** ou **na execução do objeto** do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a Licitante/Contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades:

22.2.1. Advertência formal, por intermédio do setor competente, quando ocorrer o descumprimento das exigências contratuais que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

22.2.2. Multa de:

22.2.2.1. até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato (ou documento que o substituir) no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (ou documento que o substituir), no caso de inexecução total do objeto contratado.

22.2.2.2. até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e/ou no Termo de Referência.

22.2.2.3. até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação quando for constatada a **reincidência** no descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e/ou no Termo de Referência.

22.2.2.4. Pelo **atraso injustificado para a prestação do serviço** e/ou **inobservância de outros prazos definidos no Termo de Referência**, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, **a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a contratação poderá ser rescindida.**

22.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993 e no art. 49, do Decreto nº 10.024/2019, inclusive a responsabilização da Contratada por eventuais perdas e danos causados ao Município de Santa Maria.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

22.4. A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Município de Santa Maria.

22.5. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente no Município de Santa Maria, em favor da Contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

22.6. A Contratada que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de executar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.**

22.7. As sanções previstas neste Contrato são **independentes entre si**, podendo ser aplicadas de forma **isolada ou cumulativamente**, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.8. Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

22.9. A atuação da Contratada no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, conforme determina o § 2º do art. 36 da Lei n.º 8.666/1993

22.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

22.11. Além das multas previstas acima, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 100,00
2	R\$ 300,00
3	R\$ 500,00
4	R\$ 700,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 2 - Classificação das infrações por gravidade (IMR – Índice de Medição de Resultados)

Infração		Grau
1	Permitir a presença de empregado mal apresentado, que não esteja utilizando-se de calçado fechado, calça e camiseta ou camisa, ou ainda sem portar crachá de identificação; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	1
3	Abastecer o veículo durante a realização do serviço, por ocorrência.	1
4	Transportar alunos que não estejam matriculados na rede pública de ensino, por ocorrência.	1
5	Transportar terceiros, objetos, utensílios, animais, entre outros estranhos à atividade Contratada.	1

6	Permitir que o motorista, durante a execução dos serviços, porte arma de fogo, mantenha atitudes inconvenientes com os usuários do serviço, utilize aparelhos sonoros no interior do veículo ou desça do veículo deixando o motor ligado; por ocorrência.	2
7	Permitir que motorista realize a execução dos serviços sob influência alcoólicas ou tóxicas; por ocorrência.	3
8	Desrespeitar o limite máximo de velocidade em determinada via, dirigir sem atenção e urbanidade, desrespeitar normas de trânsito, não prestar socorro em caso de acidentes, não facilitar o embarque de passageiros ou manter o veículo em movimento sem fechar as portas, por ocorrência.	3
9	Permitir o embarque de alunos fora dos locais e horários pré-determinados em Contrato; por ocorrência.	3
10	Substituir o veículo, motorista, por reserva e este não cumprir as mesmas condições do Edital; por ocorrência.	3
11	Deixar de solicitar a autorização para substituição do veículo, motorista; por ocorrência.	3
12	Utilizar o mesmo veículo para execução de duas rotas ou mais, exceto em caso de turnos divergentes; por ocorrência.	4
13	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
14	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6
15	Utilizar veículo que não esteja em nome da Contratada, ou a serviço formal dela; por ocorrência.	6
Para os itens a seguir, deixar de:		
16	Substituir veículo sem condições de tráfego ou motoristas que tenham conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
17	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência/por hora.	1
18	Comunicar a Contratante qualquer ocorrência que possa prejudicar ou dificultar a execução dos serviços; por ocorrência.	1
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
20	Cumprir prazo para correção de irregularidades; por dia.	3
21	Permitir o livre acesso da fiscalização da Contratante, aos veículos, ou prestar esclarecimento solicitado, assim como apresentar documentos solicitados.	3
22	Manter veículo reserva em perfeitas condições de uso; por ocorrência.	4
23	Cumprir quaisquer dos itens deste Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	4
24	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por ocorrência.	5

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP.: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

23.2. As impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro, **por meio eletrônico**, via internet, no seguinte endereço: pregaoeletronicosm@gmail.com

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **dois dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **por meio eletrônico**, via internet, no seguinte endereço: pregaoeletronicosm@gmail.com

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente. Podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.1.1. A inobservância do prazo fixado pelo Pregoeiro para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

24.2. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Santa Maria o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

24.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a Prefeitura Municipal de Santa Maria não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.5. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura da sessão de licitação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a) e não tiver cadastrado no SICAF.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Santa Maria.

24.7. Em caso de divergência entre as especificações do objeto inseridas no Sistema SIASG e as deste Edital, prevalecerão as constantes neste último.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

24.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

24.10. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

24.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 71/2015 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/1993.

24.12. As questões relativas ao presente Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Santa Maria - RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santa Maria, 13 de março de 2023.

Jane Arlene Munhoz Walter,
Pregoeira.

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023
PROCESSO Nº 50/2023

(Disponibilizados em arquivos anexos)

A – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

B – PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

C – “MODELOS” EM FORMATO “EXCEL” DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023
PROCESSO Nº 50/2023

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E A EMPRESA _____ OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME LICITAÇÃO, REGISTRADA NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, SOB O N.º 09/2023, HOMOLOGADA EM ____ DE _____ DE 2023.

PREÂMBULO

O Município de Santa Maria, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o número 88.488.366/0001-00, estabelecido à Rua Venâncio Aires, n.º 2277, nesta cidade, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. Jorge Cladistone Pozzobom, doravante denominado Contratante, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante denominada Contratada, neste ato representada pelo Sr. _____, inscrito no Registro Geral sob o n.º _____ e no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º _____, resolvem celebrar o presente contrato para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, em conformidade com Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; pelo Decreto Executivo Municipal nº 071, de 03 de agosto de 2015; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993 e alterações posteriores, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, bem como de acordo com as cláusulas e condições que abaixo seguem expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **Prestação de Serviços de Transporte Escolar, para Alunos da Zona Rural e Urbana da Rede Municipal de Ensino**, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Edital de Licitação, e de acordo com o exposto a seguir:

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Km Rodado	Valor Mensal	Valor Total

PARÁGRAFO ÚNICO - O objeto deste contrato deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Processo Licitatório n.º 50/2023, Pregão Eletrônico n.º 09/2023 e seus anexos, Empenho n.º. _____, com a proposta da Contratada, com a legislação vigente, com as cláusulas deste instrumento contratual e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço total para a execução do objeto deste Contrato é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**, entendido este, como justo e suficiente para a total execução do especificado na cláusula Primeira deste instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

§1.º A execução dos serviços será prestada diretamente nas condições e locais especificados nos trajetos (roteiros) indicados no Termo de Referência (**Anexo I-A do Edital**).

§2.º O **prazo de vigência** do contrato será de **12 meses, a partir da assinatura da ordem de serviço**, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme possibilita a Lei Federal n.º 8.666/93.

§3.º O transporte de alunos será executado diariamente, durante os períodos letivos, nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria de Município da Educação, de acordo com a necessidade de cada linha (roteiro), conforme planilha da SMED e contados a partir da data de assinatura da ordem de serviço, tendo como estimativa, 200 dias letivos, conforme estabelece a LDBEN.

§4.º Os veículos deverão estar no local e hora previamente informados pela Secretaria de Município da Educação, para efetuar o transporte dos alunos com antecedência mínima de 5 (cinco) minutos, cumprindo fielmente os horários e locais que serão determinados pela Administração no início da prestação dos serviços, os quais atenderão aos turnos da manhã e/ou tarde.

§5.º A contratada responsabilizar-se-á pelo abastecimento do veículo, e manutenção total incluindo peças de reposição e todas aquelas que apresentarem defeitos por uso contínuo, bem como, pneus, troca de óleo do motor, câmbio e filtro, dentre outros que por ventura vierem a ser necessários.

I) Referente ao item PNEUS, destacamos que não serão aceitos pneus remoldados e/ou recapados sendo utilizado como base para planilha de custos o valor de pneus novos.

§6.º Em caso de acidente ou qualquer tipo de defeito ou manutenção, a contratada deverá substituir imediatamente o veículo que estiver prestando serviço por outro com, no mínimo, as mesmas especificações e características.

§7.º A contratada se responsabilizará pelas despesas com o motorista e auxiliares de transporte (monitores), bem como pelos acessórios obrigatórios exigidos pelo novo Código Nacional de Trânsito.

§8.º A contratada deverá apresentar comprovação de revisão dos veículos contratados, em oficinas que tenham registro da Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

§9.º A Contratada deverá colocar à disposição da contratante, os veículos de acordo com os exigidos no Anexo I do Termo de Referência, que define os roteiros, devendo ser os mesmos condizentes com a proposta vencedora e a planilha orçamentária que a fundamentou, bem como providenciar substituição imediata daqueles que apresentarem defeito, em condições de pronto atendimento mantendo as características e compatibilidade do veículo licitado.

§10.º A contratada deverá oferecer 01 (um) motorista devidamente habilitado, e com curso conforme regulamentação do CONTRAN.

§11.º As contratações dos motoristas e auxiliares de transporte (monitores) feitas pelo vencedor do certame serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre terceiros e o Município de Santa Maria – RS.

§12.º A contratada deverá apresentar os veículos limpos, abastecidos (tanque cheio) e com manutenção em dia.

§13.º Os veículos a serem utilizados no transporte escolar deverão obedecer às determinações constantes no Art. 3º da Lei Municipal n.º 6.586/2021.

§14.º A Empresa contratada deverá apresentar a documentação em seu nome e regularizada junto ao DETRAN, referente aos veículos a ser utilizado no Transporte Escolar.

§15.º Os veículos devem estar conforme a Lei 9.503/97/Código de Trânsito Brasileiro, itens I à VII, art. 136 especificamente: “III – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroceria, com dístico ESCOLAR em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas”.

§16.º Só poderão executar o objeto os veículos com documentação e vistoria aprovadas pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana, de acordo com a Lei Municipal nº 4057/97 e suas alterações (4578/02 e 6586/21), bem como estar de acordo com o Código Trânsito Brasileiro.

§17.º Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

§18.º Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandadas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato.

§19.º Manter os veículos sempre em condições para o atendimento do disposto no contrato e em conformidade com as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do CONTRAN e as novas disposições que venham a ser editadas, especialmente quanto à segurança.

§20.º Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do Contrato ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe ainda inteiramente responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município, por dolo ou culpa.

§21.º Cabe à contratada permitir aos encarregados de fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado que serão fiscalizados pelo Município através da Secretaria de Município da Educação.

§22.º A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, mantendo no local do serviço a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto com poderes para tratar com o Município.

§23.º A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

§24.º Cabe à contratada fornecer cursos de direção defensiva, primeiros socorros e outros, conforme normatização CONTRAN - CTB, art. 150, parágrafo único, aos condutores de sua frota de veículos.

§25.º O Município se reserva o direito de alterar horários, número de estudantes e itinerário dos serviços, quando da ocorrência de fatos supervenientes e/ou suficientes que justifiquem tal conduta, durante a vigência do Contrato, respeitando a regionalização dos roteiros, sendo que tais mudanças serão comunicadas com antecedência mínima de 03 (três) dias e ajustadas mediante termo aditivo contratual.

§26.º As despesas decorrentes de transporte, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente, a Contratada.

§27.º Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos. Sendo constatada qualquer irregularidade, o prestador deverá concluir os serviços dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Município para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

§28.º A não substituição do serviço em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à penalidades.

§29.º A critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Santa Maria poderão ser realizados vistorias para verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada.

§30.º Caso sejam consideradas insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os serviços serão rejeitados, devendo ser substituídos/refeitos no prazo indicado pela Fiscalização, quando se realizarão novamente as verificações.

§31.º Caso os serviços não sejam substituídos ou não sejam refeitos no prazo estabelecido, ou caso os novos serviços também sejam rejeitados, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções legais previstas.

§32.º Os custos para que sejam substituídos os serviços rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

§33.º O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

§34.º O recebimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

§35.º À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas pela Fiscalização, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§36.º Qualquer evento que venha a ser considerado pela Contratada como danoso e prejudicial à regular execução dos serviços, só irá eximí-la da responsabilidade contratual a que está sujeita, após ter o Município analisado e concluído que se tratou efetivamente de fato imprevisível, dificultoso da normal execução do contratado ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito ou força maior.

§37.º Caberá exclusivamente à Contratada, o encargo de reunir toda a documentação necessária à comprovação da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS

§1.º A vida útil dos veículos empregados no transporte escolar será no máximo 18 (dezoito) anos, a contar da data sua respectiva fabricação, conforme Lei Municipal n.º 6.586/2021, estar em bom estado de conservação, obedecer às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e normatizações dos órgãos de trânsito quanto aos equipamentos obrigatórios e documentos exigíveis ou que venham a ser exigidos.

§2.º **Os veículos a serem utilizados no transporte escolar deverão obedecer** a exigência de ano ou modelo de fabricação, não ser superior a **dez anos** a contar da data de sua fabricação, para inclusão na frota de transporte escolar (porém os veículos que já estão credenciados junto a Secretaria de Mobilidade urbana, têm a sua vida útil de 18 anos, considerando suas condições estruturais) conforme art. 3º, §1º, da Lei Municipal nº 6.586/2021.

§3.º Os veículos somente poderão circular nas vias depois de atendidas as exigências legais, exigindo-se, entre outros, para tanto:

I) Registro como veículo de passageiros;

II) Inspeção para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, com periodicidade de acordo com o ano de fabricação do veículo;

III) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, a meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelhas dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI) Cintos de segurança em número igual à lotação;

VII) Capacidade mínima de acordo com cada roteiro;

VIII) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelas resoluções do CONTRAN e legislação pertinente;

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

IX) Autorização para trânsito de veículo de transporte escolar, renovada semestralmente (DETRAN).

§4. A autorização emitida pelo órgão ou entidades executivas de trânsito, deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

§5.º A matéria vem sendo disciplinada pelo CONTRAN e a Administração cobrará a execução de novos regulamentos posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO E VISTORIA

§1.º Os veículos deverão ser inspecionados e vistoriados por engenheiro mecânico habilitado, e o laudo deverá ser apresentado na Secretaria de Município de Mobilidade Urbana em no máximo até 10 (dez) dias consecutivos após a adjudicação do objeto à licitante vencedora, de acordo com o Decreto Executivo n.º 26, de 15 de março de 2018.

I) Somente serão aceitos laudos mecânicos emitidos por empresas cadastradas junto ao DAER e INMETRO, e que estejam em acordo a NBR 14040.

§2.º Em até 10 (dez) dias úteis da data de adjudicação do objeto, as empresas vencedoras deverão apresentar, na Secretaria de Mobilidade Urbana, os documentos dos veículos e dos condutores para análise e aprovação.

§3.º Os documentos a serem apresentados para a Secretaria de Município de Mobilidade Urbana são os seguintes:

I) Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento atualizado;

II) Comprovante autenticado de adimplência com o IPVA;

III) Comprovante autenticado de Seguro Obrigatório do veículo;

IV) Documentos comprobatórios da propriedade dos veículos (CRV – Certificado Registro do Veículo), em nome da empresa participante do certame ou documentos referentes à locação dos veículos, inclusive o termo de compromisso de locação pela empresa locadora;

§4.º Após análise do laudo de vistoria realizada pela Secretaria de Mobilidade Urbana, esta confeccionará os selos de vistoria em intervalos quadrimestrais ou semestrais, de acordo com o ano de fabricação do veículo.

CLÁUSULA SEXTA – EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA OS CONDUTORES

§1.º Os motoristas dos veículos afetos à execução do serviço deverão ser habilitados com qualificação para o transporte de escolares nos termos do Código Nacional de Trânsito devendo satisfazer, entre outros, os seguintes requisitos:

I) apresentar cópia autenticada da CNH (carteira nacional de habilitação) do condutor do veículo, na Categoria D - CTB, art. 138, II e art. 413, IV.

II) apresentar cópia autenticada de Comprovante de curso especializado de Transporte Escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

III) apresentar cópia da Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF;

IV) estar em perfeitas condições de saúde – apresentando comprovação através de atestado médico, expedido em data de no máximo 30 dias da data de apresentação;

V) apresentar comprovação de bons antecedentes criminais - Certidão Negativa Criminal, expedida em data de no máximo 30 dias da data de apresentação;

VI) apresentar registro na Carteira Profissional confirmando vínculo empregatício com a empresa ou inscrição no ISS do Município de Santa Maria - RS;

VII) ter idade superior a vinte e um anos - CTB, art. 138, I.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

VIII) não ter cometido nenhuma infração de trânsito grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses - CTB, art. 138, IV e art. 145.

IX) deverão ter sido aprovados em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN e em curso de prática veicular em situação de risco - CTB, art. 138, V e art. 145, IV, respeitando a reciclagem obrigatória prevista na Res. CONTRAN 57/98, anexo 9.

X) deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores - CTB, art. 329.

XI) os condutores deverão estar cientes quanto sua responsabilidade civil sobre todos os alunos que serão transportados em seu roteiro, durante todo o trajeto, ou seja, de sua residência até a escola e vice-versa.

XII) os condutores, sempre que possível, deverão frequentar cursos, treinamentos, palestras e similares promovidos pela contratante.

XIII) Os condutores deverão obrigatoriamente possuir a Carteira de Licença Individual - CLI fornecida pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana - SMU após preenchidos os pré requisitos para sua emissão. Este documento é de porte obrigatório e renovável anualmente.

§2.º A Secretaria de Município de Mobilidade Urbana realizará a verificação da documentação e emitirá documento sobre a apresentação e conformidade dos documentos do veículo e do condutor.

§3.º A Secretaria de Mobilidade Urbana emitirá documento de aprovação do veículo para exercício do percurso vencedor, o qual deverá ser apresentado para contratação na Superintendência de Compras e Licitações.

§4.º O documento de aprovação da vistoria do veículo será apresentado e entregue pela empresa vencedora à Central de Licitações, que somente em posse dele poderá permitir a assinatura do respectivo Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES PARA OS AUXILIARES DE TRANSPORTE ESCOLAR

I) Ter idade superior a 18 anos;

II) Ter nível de escolaridade fundamental;

III) Assegurar o necessário princípio de segurança dos alunos, durante todo o roteiro;

IV) Verificar os horários do transporte, informando aos pais e alunos;

V) Acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar das suas residências, até seu desembarque na escola de destino, e vice-versa.

VI) Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando para as suas residências;

VII) Abrir e fechar as portas dos veículos;

VIII) Zelar pela limpeza do veículo;

IX) Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo, auxiliando-os na colocação do cinto de segurança e acomodação de seus pertences;

X) Prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte, à direção da escola e ao fiscal do contrato;

XI) Proceder com lisura e urbanidade para com os escolares, pais, professores e servidores dos estabelecimentos de ensino;

XII) Os auxiliares de transporte escolar, sempre que possível, também deverão frequentar cursos, treinamentos, palestras e similares promovidos pela contratante ou outras instituições.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS DOS ROTEIROS

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

§1.º Os preços (por km rodado) inicialmente contratados não poderão ser superiores aos valores estimados (orçados) pela Secretaria de Município da Educação.

§2.º Os preços deverão ser cotados por Km (quilômetro) a ser rodado, e percorrerão a quilometragem diária **estimativa** descrita em cada roteiro, conforme relação **constante no Anexo I do Termo de Referência**.

§3.º Junto à proposta de preços deverá ser anexada planilha de custos, sob pena de desclassificação.

I) A elaboração da proposta e planilha de custo deve estar em consonância com a convenção coletiva de trabalho, sendo observado o valor do piso profissional e todos os direitos e obrigações prevista.

II) A distribuição dos 200 dias letivos será entre os meses de fevereiro e dezembro, respeitando o calendário letivo de cada escola, assim gerando uma estimativa de 10 meses de execução do respectivo serviço, podendo ser a estimativa superior, ou inferior em até 10 dias. Diante disso, serão utilizados como base para confecção da planilha de custos, a utilização de 20 dias de efetivo serviço por mês.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada garante que o objeto será executado no prazo, preço, quantidade e qualidade contidos no processo licitatório, na sua proposta e no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Até a data de assinatura da Ordem de Serviço, será recolhida ao responsável pela gestão contratual (Secretaria de Município da Educação), a Caução de Garantia da Execução, no valor de **R\$ _____** (_____), correspondendo a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato e que responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e também por todas as multas que forem impostas à Contratada. A caução de execução é recolhida da seguinte forma:

I - Em moeda corrente.

- A garantia prestada em moeda corrente será devolvida monetariamente atualizada;

- A caução feita em moeda corrente poderá ser substituída, a requerimento da Contratada, formalizado dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da data da Caução, pelo respectivo valor no dia da efetivação do protocolo do requerimento, por Carta Fiança Bancária emitida por estabelecimento em funcionamento no Brasil, aprovado pelo Prefeito Municipal.

II - Em Títulos da Dívida Pública da União.

III - Em Seguro Garantia;

IV - Fiança Bancária;

- A Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia serão obrigatoriamente apresentados em original e, o respectivo prazo de validade deverá ser de no mínimo, 03 (três) meses superior ao prazo de execução contratado.

§1.º A garantia prestada será devolvida somente após o cumprimento correto e pleno de todas as obrigações contratuais, por parte da Contratada.

§2.º O Município reserva-se do direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias para reparar, corrigir, remover e/ou substituir os serviços e materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, nos termos apontados pela fiscalização através de relatório, sempre que a Contratada não atender as suas determinações. Caso a garantia não se mostre suficiente, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente pendentes, devidos pela Administração.

§3.º Toda vez que houver aditamento no Contrato, a caução deverá ser complementada em valores e prazo.

§4.º Compete ao gestor do Contrato receber, encaminhar ao Setor de Contabilidade e, se for o caso, providenciar a execução da caução.

§5.º O prazo da garantia prestada pela Contratada deverá se estender, obrigatoriamente, até o recebimento definitivo dos serviços, quando então será liberada ou restituída. Contudo reverterá a garantia em favor do Contratante, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A Administração Pública Municipal designará o(s) servidor(es) para efetuar a fiscalização dos serviços e a gestão do contrato por meio de ato administrativo.

PARÁGRAFO ÚNICO – O responsável pela fiscalização dos serviços e a gestão do contrato deverá encaminhar cópia do ato administrativo de sua designação para o Setor de Contratos – Secretaria de Município de Finanças, em até 5 (cinco) dias da data de emissão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em **10 (dez) dias** consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo Fiscal do Contrato e entregue em até 05 (cinco) dias para a Secretaria de Município de Finanças.

§1.º Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

§2.º O pagamento dos serviços executados pela Contratada e aceitos definitivamente pela Contratante será efetuado a contar da Execução do serviço, em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

§3.º Para que seja efetuado o pagamento dos serviços, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

- I) Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)**, expedido pela Caixa Econômica Federal.
- II) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**.
- III) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** relativamente a débitos de tributos e contribuições federais e dívida ativa da União.
- IV) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- V) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- VI) **Comprovante de pagamento** dos empregados e/ou declaração de que o proprietário da empresa executa o transporte.
- VII) Comprovante de pagamento de **FGTS e INSS**.
- VIII) **GFIP** – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social que contém as informações de vínculos empregatícios e remunerações, geradas pelo aplicativo SEFIP.

§4.º Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do empenho.

§5.º A Contratada deverá fornecer relação com as seguintes informações: nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, dos empregados na contratante.

§6.º O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

I) Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

§7.º Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de Santa Maria, CNPJ n.º 88.488.366/0001-00.

§8.º O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

§9.º Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

§10.º O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Termo de Referência.

§11.º Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, ao valor devido serão acrescentados juros calculados *pro rata die*, de acordo com a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§12.º A contratada deverá apresentar **Planilha, fornecida pelo setor de Transporte da Secretaria de Município da Educação, até o último dia útil de cada mês** na Secretaria de Município da Educação, a qual será conferida com boletim retirado do sistema de rastreamento, com as seguintes informações:

I) Se houver alguma alteração nos roteiros devido à estrada alternativa, barreira impeditiva, pontes danificadas, obstrução na estrada, etc., que impossibilite a trafegabilidade do veículo em seu roteiro, deverá ser justificado, especificando o turno do fato.

II) Observações: motivo de alteração do trajeto; escolas que não tiveram aula, especificando o turno.

III) Em caso de substituição de veículo, o motivo deverá ser justificado ao Gestor, **PREVIAMENTE, POR ESCRITO**, o qual deve tomar conhecimento para fins de autorização de futuro pagamento.

§13.º O pagamento será condicionado aos quilômetros efetivamente rodados no mês e aos dias de efetivo transporte escolar, conforme verificação no boletim retirado do sistema de rastreamento, considerando o valor apresentado na proposta vencedora, podendo ser solicitada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviço, caso ocorra adições ou supressões que desequilibrem o contrato, dentro dos limites da Lei de Licitações.

§14.º Nos casos das alterações listadas no item 20.14.1, devidamente justificadas na planilha fornecida pela empresa, será aferida a quilometragem estimativa definida no contrato, para fins de pagamento.

§15.º Caso a data prevista para pagamento seja final de semana ou feriado, o pagamento se dará no primeiro dia útil imediatamente seguinte.

§16.º Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regulamenta a matéria e mais o Imposto Sobre Serviços - ISS, de acordo com a Legislação vigente.

§17.º Caso não sejam cumpridas as exigências do presente edital na prestação do serviço serão suspensos os pagamentos devidos, até a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos seguintes recursos financeiros:

Secretaria de Município da Educação

Solicitação de Compra n.º 175/2023

Projeto/Atividade: 2107

Subelemento Despesa: 3.3.90.39.32

Recurso: 1550

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

§1.º Os preços pactuados serão reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do último reajuste, conforme

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

determina o parágrafo 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

I) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

II) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

§1.º **Caberá à Contratada**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I-A do Edital**):

I) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto da licitação.

II) Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

III) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço.

IV) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos.

VI) Entregar o objeto a ser contratado, conforme convencionado, sem qualquer outro encargo ou despesa para o Contratante.

VII) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

VIII) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado.

IX) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

X) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante, inclusive por danos causados a terceiros.

XI) Obedecer às normas de segurança e higiene no trabalho e o fornecimento de todo o equipamento de proteção individual - EPI, necessário ao pessoal utilizado na prestação dos serviços.

XII) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

XIII) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e tributários resultantes da adjudicação do processo licitatório.

XIV) A Contratada ficará obrigada a executar os serviços programados na “Ordem de Serviço - OS”, não se admitindo quaisquer modificações sem a aprovação da fiscalização do contrato, da Secretaria de Município da Educação da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

XV) A Contratada ficará responsável por quaisquer danos a que venha causar a terceiros ou ao patrimônio público, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução dos serviços conforme Lei nº 8666/93.

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

XVI) Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

§2.º **Caberá a Contratante**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no Edital e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I-A do Edital**):

I) Supervisionar a execução do objeto do Termo de Referência, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas.

II) Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.

III) Impedir que terceiros executem o objeto do Edital.

IV) Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente.

V) Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

VI) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por um representante designado pela Secretaria de Município da Educação da Prefeitura Municipal de Santa Maria, nos termos da Lei nº 8.666/93.

VII) Notificar por escrito a Contratada, quando necessário, ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada reconhece os direitos do Contratante, em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 e seguintes, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

a) Unilateralmente do Contratante, nos casos dos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/93.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o Contratante.

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

PARAGRAFO ÚNICO – A rescisão deste contrato implicará em retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, na forma que o mesmo determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

§1.º Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

I) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

II) ensejar o retardamento da execução do objeto.

III) falhar ou fraudar na execução do contrato.

IV) comportar-se de modo inidôneo; ou

V) cometer fraude fiscal.

§2.º Se no decorrer da **execução do objeto** do presente Contrato, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a Contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades:

I) Advertência formal, por intermédio do setor competente, quando ocorrer o descumprimento das exigências contratuais que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

II) **Multa de:**

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

a) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato (ou documento que o substituir) no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (ou documento que o substituir), no caso de inexecução total do objeto contratado.

b) até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e/ou no Termo de Referência.

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação quando for constatada a **reincidência** no descumprimento de qualquer obrigação prevista no Edital e/ou no Termo de Referência.

d) pelo **atraso injustificado para a prestação do serviço e/ou inobservância de outros prazos definidos no Termo de Referência**, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, **a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a contratação poderá ser rescindida.**

§3.º A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993 e no art. 49, do Decreto nº 10.024/2019, inclusive a responsabilização da Contratada por eventuais perdas e danos causados ao Município de Santa Maria.

§4.º A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Município de Santa Maria.

§5.º O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente no Município de Santa Maria, em favor da Contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

§6.º A Contratada que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de executar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.**

§7.º As sanções previstas neste Contrato são **independentes entre si**, podendo ser aplicadas de forma **isolada ou cumulativamente**, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§8.º Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

§9.º A atuação da Contratada no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, conforme determina o § 2º do art. 36 da Lei n.º 8.666/1993

§10.º Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

§11.º Além das multas previstas acima, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 100,00
2	R\$ 300,00
3	R\$ 500,00
4	R\$ 700,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501 - E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

Tabela 2 - Classificação das infrações por gravidade (IMR – Índice de Medição de Resultados)

Infração		Grau
1	Permitir a presença de empregado mal apresentado, que não esteja utilizando-se de calçado fechado, calça e camiseta ou camisa, ou ainda sem portar crachá de identificação; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	1
3	Abastecer o veículo durante a realização do serviço, por ocorrência.	1
4	Transportar alunos que não estejam matriculados na rede pública de ensino, por ocorrência.	1
5	Transportar terceiros, objetos, utensílios, animais, entre outros estranhos à atividade Contratada.	1
6	Permitir que o motorista, durante a execução dos serviços, porte arma de fogo, mantenha atitudes inconvenientes com os usuários do serviço, utilize aparelhos sonoros no interior do veículo ou desça do veículo deixando o motor ligado; por ocorrência.	2
7	Permitir que motorista realize a execução dos serviços sob influência alcoólicas ou tóxicas; por ocorrência.	3
8	Desrespeitar o limite máximo de velocidade em determinada via, dirigir sem atenção e urbanidade, desrespeitar normas de trânsito, não prestar socorro em caso de acidentes, não facilitar o embarque de passageiros ou manter o veículo em movimento sem fechar as portas, por ocorrência.	3
9	Permitir o embarque de alunos fora dos locais e horários pré-determinados em Contrato; por ocorrência.	3
10	Substituir o veículo, motorista, por reserva e este não cumprir as mesmas condições do Edital; por ocorrência.	3
11	Deixar de solicitar a autorização para substituição do veículo, motorista; por ocorrência.	3
12	Utilizar o mesmo veículo para execução de duas rotas ou mais, exceto em caso de turnos divergentes; por ocorrência.	4
13	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	4
14	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6
15	Utilizar veículo que não esteja em nome da Contratada, ou a serviço formal dela; por ocorrência.	6
Para os itens a seguir, deixar de:		
16	Substituir veículo sem condições de tráfego ou motoristas que tenham conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
17	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência/por hora.	1
18	Comunicar a Contratante qualquer ocorrência que possa prejudicar ou dificultar a execução dos serviços; por ocorrência.	1
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
20	Cumprir prazo para correção de irregularidades; por dia.	3

21	Permitir o livre acesso da fiscalização da Contratante, aos veículos, ou prestar esclarecimento solicitado, assim como apresentar documentos solicitados.	3
22	Manter veículo reserva em perfeitas condições de uso; por ocorrência.	4
23	Cumprir quaisquer dos itens deste Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	4
24	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por ocorrência.	5

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO AMPARO LEGAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A lavratura do presente contrato decorre da realização de Pregão, realizado com fundamento na Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Municipal n.º 071/2015, e, subsidiariamente, na Lei Federal n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato fica vinculado aos termos da proposta da Contratada e do Edital de Licitação, com seus respectivos anexos.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

O presente contrato somente terá eficácia depois de publicado na Imprensa Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria - RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, aos ____ (____) dias do mês de ____ do ano de 2023.

Prefeito Municipal,
Contratante.

Contratada.

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023
PROCESSO Nº 50/2023
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Fone/e-mail:

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Km Rodado	Valor Mensal	Valor Total
1	37598	ROTEIRO 1.2.1.06.02 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF IRINEO ANTOLINI – DISTRITO DO PASSO DO VERDE ROTEIRO: MATO ALTO – ESTRADA TRAJANO PEREIRA - CORREDOR DOS GUERRA – BR 392 – BALNEÁRIO DO PASSO DO VERDE – ESTRADA DA LAVAGEM – LIMEIRA – ESCOLA – VICE-VERSA (RETORNO). (Valor mensal: 122 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	MES			
2	36666	ROTEIRO 1.2.1.07.01 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE- TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF SANTA FLORA – DISTRITO DE SANTA FLORA ROTEIRO: CAMNPAL SANTA FLORA – ESTRADA JANUÁRIO CHAGAS FRANCO – VALDEMAR FORGIARINI – COLÔNIA PENA – ESTRADA COLÔNIA PINHEIRO – CENTRO COMUNITÁRIO SANTO ANTÔNIO – ESTRADA DO CORTADO – FAZENDA MARIANO DA ROCHA – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 82 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	MES			
3	36667	ROTEIRO 1.2.1.08.01 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF SANTA FLORA – DISTRITO DE SANTA FLORA ROTEIRO: BANHADOS – ESTRADA DOS CORVOS – ESTÂNCIA ALIANÇA – ESTRADA JANUÁRIO CHAGAS FRANCO – RINCÃO DA RAMADA – FAZENDA CIRINEU ROCHA - ESTRADA COLÔNIA CONCEIÇÃO – ESTRADA DO CARANGUEJO – INÍCIO ESTRADA DO CORTADO – CORREDOR DOS AUGUSTI – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 95 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	MES			
4	36668	ROTEIRO 1.2.1.09.01 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF SANTA FLORA – DISTRITO DE SANTA FLORA ROTEIRO: PONTE PAVÃO – FAZENDA	10	MES			

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501- E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

		ARAÇÁ – CARVALHAS – CORREDOR MARCHEZAN – FAZENDA SÃO FRANCISCO – ESTRADA JANUÁRIO CHAGAS FRANCO – CORREDOR CASA BRANCA – CAMPNAL II – FAZENDA PELEGRINI – FAZENDA ISABEL – TRAVESSA MARZARI – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 60 Km x 20 dias x Valor Km rodado)					
5	36669	ROTEIRO 1.2.1.19.03 – ZONA RURAL - COM AUXILIAR DE TRANSPORTE TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA ESCOLA ESTADUAL PRINCESA ISABEL COM CEDÊNCIA DE SALA PARA TURMA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA EMEF MAJOR TANCREDO PENNA DE MORAES – ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – DISTRITO DE ARROIO DO SÓ. ROTEIRO: ÁGUA BOA – TRONQUEIRAS – ESTRADA COLÔNIA BORGES – ESTRADA PEDRO FERNANDES – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 40 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	MES			
6	36670	ROTEIRO 1.2.1.23 – ZONA RURAL - COM AUXILIAR DE TRANSPORTE - VEÍCULO COM ACESSIBILIDADE E PLATAFORMA ELEVATÓRIA TRANSPORTE ESCOLAR PARA EMEF REJANE GARCIA GERVINI – ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ROTEIRO: ESTRADA ANTÔNIO OVÍDIO SEVERO – CORREDOR ÂNGELO FELTRIN – ESTRADA VIRGÍLIO DA CÁS – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 30 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	MES			

a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente proposta e, que se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.

b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no Edital.

Local, ____ de ____ de 2023.

Nome e Assinatura (Representante Legal)

CPF:

CI:

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Parecer Jurídico nº 125/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS

CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174-1501- E-mail: pregaoeletronicosm@gmail.com

www.santamaria.rs.gov.br

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023
PROCESSO Nº 50/2023

PLANILHA DE QUANTITATIVO E ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quant.	Valor Estimativo Mensal (Máximo Aceitável)	Valor Estimativo Total (Máximo Aceitável)
1	ROTEIRO 1.2.1.06.02 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF IRINEO ANTOLINI – DISTRITO DO PASSO DO VERDE ROTEIRO: MATO ALTO – ESTRADA TRAJANO PEREIRA - CORREDOR DOS GUERRA – BR 392 – BALNEÁRIO DO PASSO DO VERDE – ESTRADA DA LAVAGEM - LIMEIRA- ESCOLA – VICE-VERSA (RETORNO). (Valor mensal: 122 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	R\$ 21.374,4000	R\$ 213.744,00
2	ROTEIRO 1.2.1.07.01 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE- TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF SANTA FLORA – DISTRITO DE SANTA FLORA ROTEIRO: CAMNPAL SANTA FLORA – ESTRADA JANUÁRIO CHAGAS FRANCO – VALDEMAR FORGIARINI – COLÔNIA PENA – ESTRADA COLÔNIA PINHEIRO – CENTRO COMUNITÁRIO SANTO ANTÔNIO – ESTRADA DO CORTADO – FAZENDA MARIANO DA ROCHA – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 82 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	R\$ 19.844,0000	R\$ 198.440,00
3	ROTEIRO 1.2.1.08.01 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF SANTA FLORA – DISTRITO DE SANTA FLORA ROTEIRO: BANHADOS – ESTRADA DOS CORVOS – ESTÂNCIA ALIANÇA – ESTRADA JANUÁRIO CHAGAS FRANCO – RINCÃO DA RAMADA – FAZENDA CIRINEU ROCHA - ESTRADA COLÔNIA CONCEIÇÃO – ESTRADA DO CARANGUEJO – INÍCIO ESTRADA DO CORTADO – CORREDOR DOS AUGUSTI – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 95 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	R\$ 18.031,0000	R\$ 180.310,00
4	ROTEIRO 1.2.1.09.01 – ZONA RURAL – COM AUXILIAR DE TRANSPORTE TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA EMEF SANTA FLORA – DISTRITO DE SANTA FLORA ROTEIRO: PONTE PAVÃO – FAZENDA ARAÇÁ – CARVALHAS – CORREDOR MARCHEZAN – FAZENDA SÃO FRANCISCO – ESTRADA JANUÁRIO CHAGAS FRANCO – CORREDOR CASA BRANCA – CAMNPAL II – FAZENDA PELEGRINI – FAZENDA ISABEL – TRAVESSA MARZARI – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 60 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	R\$ 17.076,0000	R\$ 170.760,00

5	ROTEIRO 1.2.1.19.03 – ZONA RURAL - COM AUXILIAR DE TRANSPORTE TRANSPORTE ESCOLAR DISTRITAL PARA ESCOLA ESTADUAL PRINCESA ISABEL COM CEDÊNCIA DE SALA PARA TURMA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA EMEF MAJOR TANCREDO PENNA DE MORAES – ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – DISTRITO DE ARROIO DO SÓ. ROTEIRO: ÁGUA BOA – TRONQUEIRAS – ESTRADA COLÔNIA BORGES – ESTRADA PEDRO FERNANDES – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 40 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	R\$ 16.528,0000	R\$ 165.280,00
6	ROTEIRO 1.2.1.23 – ZONA RURAL - COM AUXILIAR DE TRANSPORTE - VEÍCULO COM ACESSIBILIDADE E PLATAFORMA ELEVATÓRIA TRANSPORTE ESCOLAR PARA EMEF REJANE GARCIA GERVINI – ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ROTEIRO: ESTRADA ANTÔNIO OVÍDIO SEVERO – CORREDOR ÂNGELO FELTRIN – ESTRADA VIRGÍLIO DA CÂS – ESCOLA E VICE-VERSA. (Valor mensal: 30 Km x 20 dias x Valor Km rodado)	10	R\$ 16.254,0000	R\$ 162.540,00